

O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS

Levi Marques Pereira

Resumo: O texto reflete sobre os significados que comportam algumas ações de reivindicação de demarcação de terras protagonizadas por comunidades guarani de MS. A hipótese de trabalho testa a possibilidade de esboçar a caracterização dessas ações enquanto um movimento social. Para isto recorro à bibliografia das ciências sociais que define os princípios e parâmetros de tais movimentos, para aferir em que medida eles se aplicam ao caso guarani de MS. Reúno dados expostos em minha dissertação de mestrado (PEREIRA, 1999), em dois laudos de identificação de Terra Indígena (PEREIRA, 2002a e 2002b) e em pesquisas recentes com vistas à elaboração da tese de doutorado. Utilizo também, em grande medida, os estudos de Brand (1993 e 1997), fundamentais para a compreensão do processo de perda da terra por parte de inúmeras comunidades guarani. Ao final, tento extrair duas conseqüências que decorrem da abordagem adotada no texto: 1) a primeira, de natureza teórica, permite caracterizar estas ações enquanto movimento social; 2) a segunda, de natureza política, exclui qualquer legitimidade para a alegação, freqüente em certos setores políticos regionais, de que tais ações seriam resultado direto da interferência de agentes políticos externos às comunidades guarani.

Palavras-chave: Guarani/Kaiowá; demarcações de terras; movimento social.

Mestre em antropologia
social - UNICAMP.
Doutorando - USP.

Abstract: The text reflects upon the meanings that are proportionate to certain land claim actions led by the Guarani community of South Mato Grosso. The hypothesis of the study tests the possibility of drafting the characterization of these actions as a social movement. The bibliography used is that of the Social Sciences that defines the principles and parameters of such movements to gauge in what degree they are applied to the MS Guarani case. Data from my Master's dissertation is included in two indigenous land identification reports (PEREIRA, 2002a and 2002b) and two recent studies with a view to the elaboration of a doctoral thesis. Also used extensively are Brand's studies (1993 and 1997), which are fundamental to the comprehension of the land losing process faced by several Guarani communities. Finally, two consequences are extracted from the approach of the text: 1) of a theoretical nature, allows the description of these actions as a social movement; 2) of a political nature, excludes any legitimacy for the allegation that is frequent in some political and regional sectors that such actions would be the direct result of external interference of political agents in some Guarani communities.

Key words: Guarani/Kaiowá; land demarcation; social movements.

Breve retrospectiva sobre o contexto etnográfico de reivindicação de terra

Discuto aqui algumas ações de mobilização política de comunidades guarani em defesa de suas terras. Tive oportunidade de acompanhar diretamente o desenrolar de várias destas ações e seus desdobramentos no período em que trabalhei como indigenista, primeiro na Missão Metodista Tapeporã, e em seguida no Projeto Kaiowá-Ñandeva. A mobilização indígena em torno da demarcação da terra tradicionalmente ocupada pela comunidade de Pirakuá é discutida mais detalhadamente, com o objetivo de definir as características que este fenômeno político assume entre os Kaiowá. Na seqüência, acrescento informações sobre casos de outras comunidades. A discussão dos casos particulares permite demonstrar que as ações políticas se caracterizam como um movimento étnico, já que o potencial mobilizador está inerentemente relacionado às características organizacionais e aos valores culturais do grupo, mas evidencia também que as ações assumem as feições de um movimento social, segundo as definições correntes nas análises sociológicas¹.

Pirakuá é um tekoha-aldeia situado no município de Bela Vista, às margens do rio Apa, extremo norte do território tradicional kaiowá. Esta comunidade logrou permanecer na parte de mata, no fundo da fazenda que ocupou suas terras, até início da década de 1980, quando foram "descobertos" por Marçal de Sousa, um Guarani que na época trabalhava como enfermeiro da FUNAI na localidade de Campestre, onde também

residia uma comunidade kaiowá. Procurado por Marçal e por líderes da comunidade de Pirakuá, o Conselho Missionário Indigenista, organização ligada à CNBB, tornou pública a situação da comunidade, que com frequência era pressionada pelo fazendeiro Líbero Monteiro para que deixassem a terra onde sempre viveram. Aos poucos a FUNAI acabou por se ver forçada a reconhecer a existência dessa comunidade, mas os encaminhamentos administrativos para garantir aos índios a posse da terra continuavam amordaçados pela burocracia estatal e pela pressão de políticos de MS, defensores incondicionais dos direitos de propriedade legal do fazendeiro, em detrimento da posse tradicional indígena.

Em Pirakuá, os Kaiowá discutiam o futuro da comunidade e as possibilidades de permanência na terra. Aos poucos a comunidade foi se mobilizando e criando um consenso em torno da defesa intransigente da terra. Mobilizados, passaram a pressionar a FUNAI para que reconhecesse a terra, entretanto o tempo passava e a comunidade não aferia maiores resultados com as gestões e pressões junto ao órgão indigenista oficial. Cansados de esperar por uma solução diplomática e não suportando mais as pressões do fazendeiro que com frequência ameaçava a comunidade de despejo, através da presença constante de seguranças armados, resolveram agir por conta própria.

Desta mobilização surgiu um líder de nome Lázaro Morel, já falecido, que assumiu a responsabilidade de convencer líderes de outras comunidades a apoiar a comunidade de Pirakuá na demanda pela demarcação da terra. Lázaro realizou uma verdadeira peregrinação por diversas áreas guarani expondo para seus líderes os problemas enfrentados por sua comunidade e a importância de contarem com o apoio para a realização de uma mobilização de grande impacto. Cobrou também da FUNAI e de outras organizações indigenistas que se posicionassem ao lado da comunidade na disputa com os fazendeiros. A postura firme e determinada na cobrança de apoio para a resolução do problema da terra também foi adotada pelas lideranças de outras comunidades e isto surpreendeu muitos dos representantes destas agências, pois estranharam a mudança de comportamento das lideranças indígenas, que antes pareciam aceitar com resignação os desmandos impostos pelos fazendeiros, administradores e políticos na região.

Foi assim que em 1986, Lázaro Morel dirigiu um amplo movimento de desintrusão da terra reivindicada pela comunidade de Pirakuá, contando com o apoio de guerreiros armados, oriundos de diversas comunidades guarani de MS. Da mobilização participaram inclusive os Terena de Dourados. Tal evento teve um grande impacto na imprensa e em

setores da sociedade civil (nacional e internacional) simpáticos à garantia dos direitos indígenas, forçando a FUNAI a encaminhar uma solução definitiva para o problema. Disto resultou a inclusão da referida área no rol das terras que seriam objeto de estudos de demarcação.

Concluídas as ações mais prementes visando assegurar os direitos da comunidade, a mobilização se diluiu, bem como o grande reconhecimento político que Lázaro havia conseguido capitalizar naquele momento. Daí em diante passou a ser considerado como um líder importante, pois havia demonstrado grande capacidade de agregar as pessoas e de fazer com que, em conjunto, agissem com vista a atingir um fim determinado. Porém, Lázaro foi destituído de qualquer poder de mando, tornando-se uma liderança comum, com influência restrita ao pequeno círculo de parentes próximos. Esta forma um tanto ingrata de tratar seu líder esboça uma aparente contradição do sistema político kaiowá. Por sua parte, Lázaro sempre fazia questão de relatar para pesquisadores, missionários e outros visitantes de passagem por Pirakuá, o feito extraordinário que foi a grande mobilização para a demarcação da terra, da qual se considerava o principal protagonista. Entretanto, a comunidade parecia ter realizado um esforço deliberado de esquecimento do feito de seu líder, dando pouca importância a esses relatos e não o poupando de críticas quando seu comportamento era julgado inadequado de acordo com as normas de conduta social do grupo. Com o tempo, surgiram outros líderes que a comunidade julgava mais aptos para conduzir os assuntos da coletividade e Lázaro foi destituído do cargo de capitão (líder oficial do grupo) e relegado a um segundo plano. Este procedimento está em consonância com as características organizacionais próprias ao modelo de político na sociedade guarani, onde a chefia política é menos uma posição estável, vitalícia ou hereditária, que uma performance que em cada momento se institui e se negocia com a comunidade a partir de demandas específicas e circunstanciais (PEREIRA, 1999).

O sucesso das ações solidárias das comunidades guarani que participaram da mobilização em torno da demanda da demarcação da terra da comunidade de Pirakuá, serviu como um paradigma para comunidades que enfrentam problemas análogos, inaugurando uma nova fase na relação dos guarani com os fazendeiros que com eles disputam a posse das terras, com as Ongs que os apoiam e, principalmente, com o órgão indigenista oficial - FUNAI. Os líderes das comunidades cujas terras ainda não foram reconhecidas e demarcadas pelo Estado, denominadas por eles como "áreas de conflito", constataram, a partir da experiência de Pirakuá, que a garantia de suas terras só virá se forem capazes de mobilizar

o apoio de outras comunidades guarani, de setores do indigenismo e da sociedade civil, como afirmou Ambrósio, líder da comunidade de Guyraroká: “se o índio ficar só esperando do governo e não tomar a frente e lutar pelos seus interesses, nada acontece, o governo só fica sentado atrás da mesa”.

A partir do início da década de 1990, o campo do indigenismo em MS, confrontou-se com sucessivas tentativas de comunidades guarani de reocuparem terras tradicionais, das quais foram alijados pelo processo histórico de ocupação da região pelas frentes agropastoris. Aparece com força a reivindicação das comunidades de Cerrito, Jaguapiré, Paraguasu, Sete Cerros, Guasuty, Jaguary e Jarará. A demarcação destas áreas foi um percurso cheio de percalços administrativos e judiciais, conflitos e ações determinadas e intransigentes das comunidades em defesa de seus direitos. Ao final, estas comunidades tiveram suas terras asseguradas e o sucesso estimulou dezenas de comunidades que se encontram fora de seus territórios de origem, a também reivindicar a demarcação de suas terras.

Atualmente, um número significativo de comunidades encontram-se mobilizadas em torno da demanda de suas terras. A estruturação destas ações segue sempre o modelo descrito para Pirakuá, onde a comunidade se mobiliza em torno da demanda objetiva da demarcação e desta mobilização emerge um líder que negocia ou “costura” as alianças com as comunidades politicamente solidárias, assumindo a condução das ações até que elas atinjam o objetivo proposto. De fundamental importância nestas mobilizações tem sido o papel desempenhado pelas lideranças religiosas², cujos rituais aglutinam as pessoas e fornecem a necessária segurança para as situações de risco a que se expõem (PEREIRA, 1999; 2002a; 2002b). O ritmo das mobilizações das comunidades guarani segue a lógica do fluxo e do refluxo, de acordo com a capacidade de suas lideranças de construir as redes internas e externas de apoio. Depende ainda do grau de abertura que o cenário político nacional apresenta para suas demandas e da rede de apoio das organizações indigenistas que os líderes indígenas conseguem estabelecer em cada momento.

A reivindicação da demarcação das terras guarani enquanto movimento social

É necessário agora apontar as características dos casos etnográficos apresentados no item anterior que permitem identificá-los como inseridos em um movimento social. Em primeiro lugar, deve-se precisar como as ciências sociais definem tais fenômenos.

Rios (1987, p. 799) afirma que os movimentos sociais expressam “uma consciência de grupo e de afinidades percebidas por indivíduos submetidos às mesmas pressões”. Isto seria uma das condições para o surgimento de tais movimentos. Consultando os estudos que enfocam o processo de expulsão das comunidades guarani em MS³, ocorrido principalmente nos últimos 60 anos, nota-se que eles descrevem que a ação destruturadora produzida pelas frentes de ocupação agropastoril, atingiu a totalidade das terras guarani em MS, embora algumas comunidades lograram permanecer em frações de terras que anteriormente ocupavam, enquanto outras foram expulsas e, em conseqüência, tiveram que se refugiar nas reservas demarcadas, destinadas a concentrar a população indígena. Todas as comunidades comungam a situação do assédio, pressão e violência que representa o contato com as frentes colonizadoras. Este fenômeno está na base do surgimento de uma consciência de participação em uma história comum, aproximando comunidades distintas em torno de um mesmo problema: a perda do espaço físico necessário à reprodução física e cultural sociedade, de acordo com sua estrutura social e princípios cosmológicos.

A situação histórica atual remodelou a forma de relação entre as comunidades. Isto se deu, entre outros fatores, pelos seguintes motivos: a) cada comunidade dispunha, até a chegada das frentes de ocupação agropastoris, de sua própria terra, isto lhe facultava a opção de definir com quais comunidades se relacionar e a forma e freqüência dessa interação. Entretanto, com o confinamento⁴ nas reservas, passam a conviver com comunidades com as quais inexistiam vínculos sociais de parentesco, aliança política e solidariedade religiosa. Resultam daí sérios problemas de convivência; b) na reserva as comunidades passam a dividir um espaço exíguo e são forçadas a competir por recursos ambientais escassos, isto gera uma situação de stress ambiental; c) a constituição de uma malha viária e a facilidade de transporte e de comunicação, intensificou e ampliou o trânsito de informações entre as comunidades; d) a constituição de um amplo leque de instituições indigenistas, ligadas ao governo e a setores da sociedade civil, criou um campo de alianças de fundamental importância para as tentativas de resolução dos impasses vividos pelas comunidades guarani. É este novo ambiente de vida que implicará na elaboração de um novo formato para as relações que se estabelecem entre as distintas comunidades. É também essa nova situação histórica que cria as necessidades e as condições para o surgimento do movimento social pela demarcação das terras.

A atuação das comunidades guarani, exigindo a demarcação de

suas terras, emergiu em distintos locais nas últimas décadas. Inicialmente as ações tinham pouca conexão direta entre si e, enquanto fenômenos relativamente isolados, eram muitas vezes neutralizados pelas forças contrárias aos interesses indígenas. A partir da década de 1970, as ações das comunidades submetidas a uma situação comum começam a ganhar visibilidade e articulação. Nesse período também passam a receber o apoio de organizações indigenistas da sociedade civil que iniciam a atuação na região. Assim, as comunidades com problemas de terras começam a ensaiar os primeiros passos buscando uma maior articulação e apoio político mútuo. A continuidade no tempo destas ações é mais um aspecto que aproxima as ações das comunidades guarani de um movimento social que “correspondem a fenômenos mais estáveis, no tempo e no espaço social” (SILVA, 2002, p. 16).

As ações isoladas de diversas comunidades guarani em MS, visando assegurar seus direitos às terras que tradicionalmente ocupavam, na forma como haviam predominado até a década de 1970, transformam-se, a partir desta data, em eventos políticos capazes de aglutinar populações de várias comunidades. A mudança altera a maneira como, até então, vinha sendo tratado o direito destas comunidades às suas terras. Os líderes procuram reverter a tendência predominante de perda crescente das terras ocupadas por comunidades guarani para as frentes colonizadoras, estabelecendo um ordenamento das relações entre comunidades que permita confrontar, com objetividade, o problema comum. A ação política visando a ruptura com a situação vigente e a instauração de uma nova ordem social, a exemplo das ações de reocupação de terras guarani aqui analisadas, são justamente aspectos que entram na caracterização dos movimentos sociais.

Deve-se considerar ainda que o movimento social dos guarani é conduzido por índios que se constituem enquanto lideranças políticas e religiosas. Entretanto, a posição de representação não é ocupada por um líder em caráter permanente e incondicional, como ficou claro a partir da análise da posição de Lázaro, líder de Pirakuá. De acordo com processos de instituição da liderança, próprios à sociedade guarani, o líder será aquele que em determinado momento e frente a uma situação específica, for capaz de estabelecer um consenso mínimo entre as posições, o que não impede de algumas pessoas permanecerem por períodos longos na posição de liderança, desde que demonstrem capacidade de reconstruir constantemente sua base de apoio e legitimação, sempre colocadas em questão pelo fluir da vida social.

O movimento guarani mobiliza as comunidades em torno de uma

causa objetivamente definida: a defesa das terras, este é o motivo que concentra todo o sentido das ações coletivas. Não existe nenhum regimento ou estatuto regendo a conduta das lideranças envolvidas no movimento, sendo esta mais uma característica geral que define os movimentos sociais, pois a adesão se dá sempre pela simpatia ou por se sentir participante da causa, não pela inclusão em caráter formal. A liderança não dispõe de um dispositivo legal a partir do qual possa exercer o controle e poder político, é por isso que o comportamento das lideranças se constrói na interação direta com os participantes do movimento, segundo a demonstração de compromisso e de capacidade de mobilização em torno da demanda coletiva estabelecida pela própria comunidade. Dessa forma, a eleição de comissões para discutir com representantes do governo, mobilizações da opinião pública, condução de ações de reocupação de terras, montagem de estratégias de defesa e segurança das ocupações, etc. passam sempre por decisões que devem ser tomadas por toda a comunidade em reuniões gerais.

O caráter de movimento se explicita também na dissolução da mobilização tão logo esta tenha atingido seu objetivo. Assim ocorreu com Pirakuá em 1986, Jaguapiré, Paraguassu e Sete Cerros entre os anos de 1991-1992. Em cada um desses casos, as lideranças locais se alçaram a um nível de importância excepcional para o padrão estabelecido pelo sistema político Kaiowá, dirigindo um grande contingente de população vinda de diversas áreas para apoiar a comunidade local na demanda pela posse da terra. Uma vez assegurada a demarcação da terra, desapareceu o motivo que os unia e mobilizava; as pessoas pertencentes as comunidades solidárias, ao movimento, retornaram aos seus locais de origem e a liderança local perdeu visibilidade e importância, voltando a um patamar próximo ao ocupado por um habitante comum de uma área guarani.

Pensar as ações das comunidades guarani para assegurar o direito à posse das terras tradicionais como movimento social, além das implicações teóricas aqui brevemente enunciadas, tem também implicações de natureza política. Estas últimas permitem dissolver alguns mitos que predominam em determinados setores da política regional de que os índios que se envolvem nessas disputas estariam sendo “insuflados e dirigidos” por interesses escusos de determinadas organizações indigenistas. Ora, o simples fato de que a mobilização indígena se caracterize como movimento social já descarta essa possibilidade. Na verdade, nem o próprio movimento indígena possui lideranças fixas, elas surgem e desaparecem com as demandas das comunidades pela posse da terra.

Tais demandas têm sua origem e fundamento no próprio processo de ocupação das terras no Estado pelas frentes agropecuárias, que foi incapaz de assegurar aos índios as terras que tradicionalmente ocupavam. O órgão indigenista oficial (SPI, FUNAI), mesmo dispondo de uma política indigenista que garantia o direito indígena às terras por eles tradicionalmente ocupadas, foi incapaz de assegurar a demarcação destas terras. É justamente esta demanda que eclode no movimento social dos Guarani pela demarcação de suas terras.

Notas

¹ Por exemplo Rios (1982).

² A participação dos xamãs é fundamental, motivo pelo qual um líder político sempre busca apoio de uma liderança religiosa para apoiar a comunidade no esforço de retorno para a terra de origem. Alguns xamãs são considerados especialistas em questões de demarcação, pois são os conhecedores das rezas que garantem a eficácia das ações.

³ Por exemplo, Brand (1993 e 1997) para um panorama geral e Pereira (2002a e 2002b) para casos específicos.

⁴ O termo é definido por Brand (1993), como a redução compulsória de várias comunidades guarani nas pequenas áreas demarcadas como reservas.

Bibliografia

BRAND, A. J. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 1993.

_____. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese (Doutorado em História) - PUC/RS, Porto Alegre, 1997.

PEREIRA, Levi M. *Parentesco e organização social Kaiowá*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999.

_____. *Relatório de identificação da Terra Indígena Guyra Roká*. Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul. Documentação Funai. Brasília, 2002a. (mimeo)

_____. *Relatório de identificação da Terra Indígena Arroio Kora*. Município de Paranhos, Mato Grosso do Sul. Documentação Funai. Brasília, 2002b. (mimeo)

RIOS, J. A. *Movimentos sociais*. Dicionário de Ciências Sociais. [S.l.]: FGV/MEC, 1982.

SILVA, M. F. *Antropologia e movimento indígena na Amazônia Brasileira*. IX CONGRESSO DE ANTROPOLOGIA, 9., Barcelona, 2002. Comunicação apresentada.

